



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

COORDENAÇÃO DO CURSO LICENCIATURA INTERCULTURAL
INDÍGENA

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA ENTRE OS KARIPUNA: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS DA ALDEIA MANGA¹

Nara Aniká dos Santos²

Apresentação

Esta pesquisa pretende mostrar como a educação escolar vem transformando o modo de vida dos povos indígenas Karipuna da aldeia Manga, e tentar responder questões que uma vez ou outra surgem em debates, durante reuniões, ou em encontro de professores: Qual é o papel da escola na comunidade? Qual sua importância? Como os mais velhos, professores e demais membros da comunidade veem a questão da escola específica e diferenciada? Para isso faço uma retrospectiva do processo de introdução do ensino escolar entre os Karipuna do Curipi, para então me aprofundar no ensino desenvolvido na Aldeia Manga. As análises estão baseadas em pesquisas bibliográficas sobre o processo de introdução do ensino escolar, e principalmente através de entrevistas realizadas com pessoas que acompanharam todo o processo de implantação da educação escolar e, conseqüentemente as transformações socioculturais que ocorreram ao longo dos anos. Pretendo também expor minhas opiniões e experiências como professora indígena da aldeia Manga.

¹ Artigo elaborado em exigência de parte do Trabalho de Conclusão de Curso, para obtenção do título de Licenciado em Educação Escolar Indígena com ênfase em Ciências Humanas, pela Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, orientado pela Prof.^a. MSc Rejane Aparecida Rodrigues Candado. Oiapoque - AP 2011.

² Acadêmica do curso Licenciatura Intercultural Indígena e professora da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá.

1. Um pouco de História

Os povos indígenas Karipuna estão localizados na Terra Indígena Uaçá, ao norte do Amapá, distribuídos em três grandes aldeias, a Aldeia Manga, Santa Isabel, Espírito Santo e em outras aldeias menores ao longo do rio Curipi, em pequenos grupos familiares, cinco aldeias a margem da BR 156 e uma no igarapé Juminã. Esses grupos mantêm contato entre si e com outros povos que estão localizados na mesma região, sendo eles: Galibi Marworno, Palikur e Galibi Kalin'a. Os Galibi Marworno habitam a Terra Indígena (TI) Uaçá, Palikur a TI Uaçá e Galibi Kalin'a TI Galibi. Atualmente a população Karipuna soma aproximadamente 3.225 pessoas (FUNAI – Oiapoque 2010), falantes da língua patuá e também do português que é falada com maior frequência entre os mais jovens.

Segundo Curt Nimuendaju apud Tassinari (2003), os Karipuna do Curipi foram formados a partir de dois grupos de migrantes provenientes do Pará, em fins do século XIX, onde o primeiro grupo formado por duas famílias de refugiados cabanos, e o outro formado por algumas famílias da costa paraense migradas no início do século XX, juntando-se a pessoas de origem indígena e não indígena que se identificavam como pertencentes a etnia Karipuna. Por isso, Tassinari (2003) acredita na hipótese que Nimuendaju se refere aos Karipuna de Oiapoque como “brasileiros do Curipi” em 1925. A língua falada por parte do grupo era o Nheengatu, língua geral desenvolvida pelas missões jesuítas na Amazônia, mas a grande maioria usava o português para se comunicar. Entretanto, estas duas línguas foram substituídas, num período de duas ou três gerações, por uma língua que adotaram como língua materna denominada patoá (kheul), de origem francesa. O contato que os Karipuna e outros índios da região mantinham com os crioulos da Guiana Francesa, fez com que eles substituíssem a língua pela que falam atualmente.

Por volta de 1930 fixaram moradia em uma única aldeia, hoje denominada Espírito Santo, formada pelas famílias do senhor João Teodoro Forte, em torno de uma Capela construída pelos missionários em fins do século XIX, segundo Gallóis & Ricardo (1983), em seguida outras famílias vieram a construir suas casas.

Por volta de 1940 o senhor “Coco” morador da aldeia Espírito Santo construiu uma grande casa em uma ilha próxima a atual aldeia Espírito Santo e ali estabeleceu o seu comércio, fundando a aldeia Santa Isabel. A busca por trabalho levou muitas famílias a mudar-se para a nova aldeia, que cresceu rapidamente. A população foi

aumentando e com isso as roças foram ficando cada vez mais distante, sendo que as famílias “subiam” o rio a procura de terras férteis para o plantio da mandioca e derivados, além das frutas regionais, estas que eram a base de alimentação do povo Karipuna.

1.1 A Presença da Escola entre os Karipuna

Por ser uma região de fronteira o governo republicano no início do século XX tomou uma série de medidas para abrigar a fronteira Brasil/Guiana Francesa. Uma das medidas foi a instalação de uma base militar em Clevelândia, município de Oiapoque. Outra medida foi a introdução da escola com o deslocamento de duas professoras do Pará para alfabetizar as crianças indígenas em 1934, na aldeia Espírito Santo a professora Verônica, e na aldeia Santa Maria no rio Uaçá a professora Doquinha. A escola nessas comunidades servia para despertar a nacionalidade entre os indígenas, com a prática do hasteamento da bandeira, a execução do hino nacional, o uso da língua portuguesa, e as demais comemorações de datas cívicas. Com a presença da escola houve um processo de migração para esta aldeia, pois os pais queriam que seus filhos estudassem. Isso acontecia segundo o senhor Francisco Jason Leal de Freitas (70), porque “a escola era uma novidade, a grande maioria das pessoas ficou curiosa em conhecer e aprender aquilo que a professora trouxe de fora”. Os pais faziam suas atividades diárias enquanto os filhos iam para as aulas, onde aprendiam a ler, escrever, conhecer os números e fazer continhas.

A “Escola Isolada Mista da Vila do Espírito Santo de Curipi” funcionou por três anos, foi fechada e retomada no ano de 1945 pelo SPI na mesma aldeia. Em 1948 o senhor Coco construiu uma escola na aldeia Santa Isabel, para onde foi transferida a professora Verônica, fechando assim a escola do Espírito Santo. A mudança da escola de uma aldeia para outra, deu-se pela grande concentração de famílias devido o crescimento do comércio de seu Coco, que despertava o interesse das famílias no trabalho oferecido em torno do mesmo. Nesta escola além, dos Karipuna estudaram alguns Palikur cujo, os pais trabalhavam no comércio da aldeia.

Para conhecer um pouco mais da escola nesse período entrevistei o senhor Manuel Antônio dos Santos (74) e a senhora Constância Monteiro dos Santos (67) ambos ex- alunos da professora Verônica, onde relatam suas lembranças escolares.

“então pra nós era boa a escola (...) muito boa, os pais davam muito apoio, a gente estudava bem, ajudava a professora também com as criança menor, daí a gente ia pra frente seguindo. A gente bordava, a gente estudava a lição, passava trabalho pra casa, a gente ia pra roça, quando chegava a gente ia lá com ela... ela perguntava o que a gente ia fazer lá, a gente contava o que a gente fazia, aí ela ficava muito contente. Era boazinha com todo mundo. Tinha castigo bastante..patuá ninguém podia falar na escola, ela ralhava com a gente, porque ela dizia que o português e o patuá atrapalhava. Nosso pai apoiava... se ela desse uma queixa, nosso pai nos surravam, dava pancada(...) a gente quis estudar (...) a gente gostava muito de estudar, lá nesse tempo não tinha luz, era com lamparina e vela, a gente estudava de noite também.(...) ela fazia comédia de índio, a gente saía de índio, muito bonito mesmo”. D. Constância Monteiro dos Santos.

“Naquele tempo a gente estudava mesmo, Deus o livre se não fosse pra escola, a professora mandava avisar, tinha de estudar, os nossos pais valorizavam a escola, respeitavam a professora, e nos ia pra aprender as coisas, pra conhecer o que a professora ensinava, era muito boa essa época...”. Senhor Manoel Antônio dos Santos.

2. A Aldeia Manga e o Ensino Escolar

Segundo relatos de parentes e antigos moradores, a aldeia Manga foi fundada no ano de 1973 pelo senhor Florêncio, acompanhado de sua esposa, filhos e genros. O motivo que os levou a chegar e fixar moradia neste local foram às buscas constantes por áreas de terras firmes e produtivas que serviriam para a abertura de roças. Essas informações foram confirmadas pela senhora Constância filha do senhor Florêncio, que relatou que no local da antiga roça da família, nas proximidades da aldeia Santa Isabel, havia muitas formigas, um dos motivos que os fizeram sair do lugar. Primeiramente construíram um Kahbe³ numa ilha próxima a atual aldeia porque precisavam passar a noite no local, já que a aldeia onde moravam ficava distante. Em seguida construíram Kahbe no outro lado, fundando assim a aldeia Manga. Até então, outras famílias já haviam habitado este local chamado de Bebém e outra no Bambuzal, que foram abarcados pela grande aldeia. (Tassinari, 2003).

Com a abertura da BR 156 frequentemente pessoas passavam a pé pelo caminho que partia da Manga até às margens da rodovia, onde o caminhão da prefeitura os levava até o município de Oiapoque, a fim de comercializar a farinha, derivados da mandioca e frutas típicas do local. Com isso, surgiu o interesse por parte do senhor Côco em abrir um ramal, para que facilitasse o transporte de produtos a serem

³Kahbe- pequena casa construída em madeira sem paredes, coberta com palhas de buçu e atualmente também utilizam telhas industrializadas.

comercializados e também para o deslocamento das pessoas até a cidade, pois a rota que faziam pelo Oceano Atlântico ou por campos alagados era demorada, pois o transporte era feito através de grandes canoas.

Devido o processo de abertura do ramal, houve uma grande migração de famílias para a aldeia Manga, provocando uma diminuição da população da aldeia Santa Isabel, o que provocou o declínio do comércio de seu Coco. Com esses acontecimentos notou-se um crescimento muito rápido da aldeia Manga, provocando a necessidade de uma liderança para organizar o lugar e a comunidade, sendo que o escolhido foi o senhor Henrique dos Santos, que veio a se tornar o primeiro cacique do local.

A estrutura da nova aldeia era formada por casas de madeira cobertas com palhas, uma igreja católica que foi construída com ajuda do Conselho Indigenista Missionário e participação dos moradores que se uniram em mutirão. Além da Igreja construíram uma grande casa (centro comunitário), que iria servir como lugar para reuniões, festas, velórios e outros acontecimentos.

O senhor Jason Leal contou em depoimento, que construiu uma casa na aldeia que serviria para sua moradia, mas depois também serviu para atender pessoas doentes, já que havia aprendido enfermagem com um tio, e poderia ajudar as pessoas. Por não receberem assistência médica, os doentes eram tratados com remédios caseiros, e também com remédios que compravam em Oiapoque.

Em 1969 a aldeia Manga recebeu assistência da FUNAI através do Posto Indígena Uaçá, criado através da portaria 136/69, e foi construída uma sede na própria aldeia, uma enfermaria, uma casa do motor de luz, fonia e uma lancha com motor de popa. (Gallóis & Ricardo, 1983).

O ensino escolar tinha se tornado uma necessidade entre os índios Karipuna e por isso, na aldeia recém organizada deveria ser ofertado o ensino para as crianças. Para atender essa necessidade em 1976 chegou à aldeia o professor Medina que foi o primeiro não índio a lecionar na comunidade. O local usado para a realização das aulas foi a casa do Senhor Manoel Antônio dos Santos, que em entrevista relatou que a cedeu a pedido do cacique Henrique, e foi morar na casa de parentes pois, também acreditava que era necessário o ensino escolar.

Apenas em 1977 foi construído o prédio da Escola Manga pela comunidade em sistema de mutirão, com apoio da prefeitura de Oiapoque. A estrutura física da escola continha uma sala de aula e um quarto para alojamento de professor. Essa nova escola

não foi suficiente para atender o grande número de alunos. Devido a grande demanda, em 1981 a prefeitura construiu um prédio para o ensino do pré-escolar.

Em 1982, para atender as crianças que dominavam apenas a língua portuguesa, foi introduzida a escola kheuol (lekol kheuol), onde os professores Zildo e Cipriano, preparados pela irmã Rebeca (CIMI) para ensinar a língua kheuol a fim de prepará-los para o Ensino Fundamental, ofertado na Escola Manga. Esta foi uma das primeiras iniciativas do fortalecimento da língua materna.

Em 1988 devido às inúmeras reivindicações da comunidade, foi construída uma escola com apoio da prefeitura de Oiapoque. Este novo prédio foi construído em madeira, na parte alta da aldeia, e sua nomenclatura passou a ser “Escola Municipal de 1º Grau Jorge Iaparrá”, em homenagem a um índio Palikur que durante trabalho na abertura do ramal da Manga, acidentalmente foi atingido por uma árvore que levou a sua morte, assim sendo a comunidade decidiu homenageá-lo.

Esta mesma escola foi reformada e ampliada em 1993. Já em 2002, devido o aumento do número de alunos, o governo do estado construiu um prédio em alvenaria com infraestrutura para o funcionamento das aulas, e nesse período as escola indígenas receberam novas nomenclaturas, devido o reconhecimento da categoria de escola indígena conforme previa o Plano Nacional de Educação 2001- Objetivos e Metas item 06 “*Criar, dentro de um ano, a categoria oficial de “escola indígena” para que a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngüe seja assegurada*”. A partir de então, a escola passou a ser chamada “Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá”.

A Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, oferta o Ensino infantil, o fundamental de 1ª á 4ª séries, onde atuam os professores indígenas e de 5ª a 8ª e Ensino Médio, onde atuam professores índios e não índios que fazem parte do projeto *Sistema Organizacional Modular de Ensino Indígena (SOMEI)*. No ensino infantil á 4ª séries, atuam somente professores indígenas, pois a alfabetização é feita de forma bilíngüe, ou seja, os alunos são alfabetizados tanto em português quanto em patuá.

3. As Mudanças na Educação da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá Pós 1970

As reivindicações dos povos indígenas por uma Educação Escolar diferenciada e de qualidade não está pautada apenas no espaço físico ou prédio com infraestrutura qualificada, mas um dos objetivos é a formação de professores ou monitores indígenas, uma das principais pautas de luta do movimento indígena a partir da década de 1970.

Com iniciativa do CIMI no ano de 1990 foi ofertado um curso de magistério para professores indígenas que haviam concluído o ensino de 1º grau (5ª à 8ª série). Este grupo era composto por 13 indígenas das etnias Karipuna e Galibi Marworno que vieram a se formar em 1995, passando a lecionar nas escolas indígenas da região nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

O aumento do quantitativo de professores indígenas foi concretizado no ano de 2004, através de um curso de formação complementar em magistério, iniciado em dezembro de 2003 na aldeia Manga, que foi ofertado pela Secretaria de Estado da Educação, através do Núcleo de Educação Indígena. Eram 120 indígenas pertencentes a todas as etnias de Oiapoque. A duração do curso foi apenas de quatro meses, isso talvez tenha prejudicado a assimilação de conteúdos pedagógicos e o desenvolvimento dos professores, no processo de formação.

A partir desta formação, passamos a atuar direta ou indiretamente no processo de ensino escolar, cada um em suas respectivas aldeias o que foi possível através de convênio da Associação Galibi Marworno (AGM) com o Estado, como foi o caso da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá.

Após algumas reivindicações de lideranças e professores indígenas, para o cumprimento da legislação vigente, Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas, e a Resolução 068/2002 do Conselho Estadual de Educação do Amapá, em 2006 foi ofertado um Concurso público para professores de 1ª à 4ª séries categoria indígena, para as etnias do Amapá e Norte do Pará, onde foram ofertadas 120 vagas.

A partir deste momento o quadro de docentes das Escolas Indígenas passou a ser formado somente por professores indígenas atuando nas séries iniciais. Apesar dessa nova conquista os indígenas desejavam ir mais longe, pois não achavam certo o aluno estudar até a quarta série e depois ter que enfrentar uma quinta série, onde quem atua na maioria, são professores não índios que vem com uma visão totalmente fora da realidade do aluno.

Os professores indígenas para assumirem todo o Ensino Fundamental e o Médio precisariam de uma formação no Ensino Superior. As reivindicações foram iniciadas em 2003, através do grupo de trabalho formado por indígenas e não indígenas envolvidos na causa, com objetivo de discutir e propor medidas que garantam o acesso de indígenas ao Ensino Superior. Desde o ano de 2007 o curso de Licenciatura Plena em Educação Escolar Indígena é ofertado pela Universidade Federal do Amapá que tem como objetivo “Assegurar a formação de professores indígenas para a Educação Básica”. O curso inclui professores das etnias do Amapá e Norte do Pará.

3.1 Calendário Diferenciado

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos professores indígenas diz respeito ao direito de elaborar um calendário específico e diferenciado, de acordo com a realidade da comunidade, ou seja, respeitando as atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas que ainda são mantidas na comunidade, onde nós indígenas, como membros dela lutamos para manter o que ainda resta de nossa cultura. Desta forma deveria haver consenso entre membros da comunidade, cacique e conselheiros, professores e direção da escola, mas não é o que acontece na prática, apesar de garantido na constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996, que os povos indígenas tem o direito de estabelecerem formas específicas quanto a organização escolar. Com isso, organizar um calendário próprio favorece tanto o desenvolvimento de atividades da aldeia quanto o desenvolvimento do ensino escolar.

Atualmente o calendário escolar segue recomendações da Secretaria de Estado de Educação, dividido por bimestre, feriados nacionais e comunitários, recesso escolar, sábados letivos, totalizando duzentos dias letivos, baseado no calendário nacional. Este calendário foi pensado primeiramente pela direção da escola, sendo feitas, mesmo que timidamente, algumas alterações por parte dos professores, e finalmente por sugestão dos mesmos, um esclarecimento ao cacique e conselheiros sobre a importância de ter um calendário diferenciado. Como sugeri no parágrafo anterior, este calendário seria mais próximo á realidade se fosse pensado, discutido e formulado coletivamente, como pronuncia a Resolução 068/2002 do Conselho Estadual de Educação/AP.

Esse é o desejo da comunidade como podemos observar na fala do professor e conselheiro Elizeu Santana:

“Uma Escola Específica e diferenciada garante a nossa autonomia frente ao nosso patrimônio cultural. Respeita o nosso modo de viver, aprender e de expressar nossa cultura. Permite e dá acesso aos nossos filhos a conhecer a história de seu povo sem repressão ou discriminação”.

Para nós indígenas o conhecimento deve ser visto numa perspectiva de interdisciplinaridade e da interculturalidade, buscando estabelecer relação entre o conhecido e o desconhecido, daí a importância de trazer para a escola momentos vividos pela comunidade como o caso dos mutirões que deve ser vividos por todos, professores e alunos, e isso deve ser garantido no calendário escolar.

3.2“A Escola é a Comunidade”⁴

Atualmente na comunidade Manga a maioria das famílias tem acesso as novas tecnologias, como por exemplo, a televisão e a internet, em função da distribuição de energia elétrica, esse acesso influencia na forma de agir e pensar das pessoas. Esse processo de absorver novos aspectos culturais, muitas vezes é responsável pelas mudanças relevantes que a comunidade enfrenta e que cabe a escola o papel em revitalizar a cultura, ou seja, não deixar que o aluno esqueça suas origens.

A escola, querendo ou não, se tornou a principal responsável em promover atividades culturais que envolvam alunos e toda a comunidade. É quase impossível haver um acontecimento sem que não haja participação da escola, como acontece todo ano nas comemorações da semana do índio, onde fica de responsabilidade da comunidade em promover o turé dos mais velhos, mas que acaba sendo representado por alunos da escola, por falta de participação da comunidade, ou seja, para os mais velhos a presença dos alunos já é o suficiente, pois eles fazem parte da comunidade.

Também como exemplo, as aulas de língua indígena, que devem ser complementadas no convívio diário das famílias, pois é preciso que os pais influenciem seus filhos á prática do uso da língua kheuol, mas como professora percebo que a grande maioria deixam toda a responsabilidade para a escola. O uso da língua

⁴ Frase do Professor Robersoni Aniká, Karipuna da E.I.E.Jorge Iaparrá, em reunião de avaliação do dia do índio.

portuguesa é frequente entre crianças e jovens, sendo o Patua como segunda língua, que é falado pelos mais velhos e por algumas famílias.

É preciso haver um consenso entre pais e escola, para que resultados positivos sejam alcançados, como mostra a fala do cacique da aldeia Manga em reunião na escola *“Eu como indígena, influencio minha neta a falar o Patua, porque a escola precisa do apoio da comunidade, então não podemos deixar somente para a escola essa responsabilidade, vamos acordar, senão vamos perder completamente nossa cultura”*.

Dessa forma, não se pode pensar em separar escola da comunidade, pois as atividades que envolvem escola também envolvem a comunidade e vice-versa.



4. Desafios e Perspectivas da Educação

“Segundo Tassinari (2003) a idéia de “progredir” e melhorar” foi pensada pelos povos indígenas Karipuna a partir da introdução do ensino escolar, pois os mais velhos se engajaram no projeto de introdução da escola e mantinham expectativas positivas a respeito do ensino em si.

O ensino escolar a partir dessa visão deveria continuar, mas com algumas

modificações, onde a escola deveria integrar o ensino com a realidade do aluno. Uma das iniciativas deu-se a partir da década de 1980, onde se pensava num currículo específico e diferenciado, direcionado às escolas indígenas falantes da língua patuá, além de respeitar a língua, também iria valorizar os costumes, a cultura, crenças e a história do povo. Somente em 1996 que foi elaborada a proposta curricular.

A proposta curricular de Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas Karipuna e Galibi Marworno, foi elaborada pelo conselho Indigenista Missionário (CIMI), com grande participação dos professores indígenas. Este processo ocorreu de 1996 a janeiro de 1998, quando foi aprovada por professores e lideranças, nesse período a proposta foi corrigida e reformulada várias vezes, com participação das comunidades, professores e profissionais. Passou por um longo processo de aprovação pelo conselho Estadual de Educação e em 2001 foi aprovado, dando início o processo de implantação nas escolas indígenas.

O currículo específico tem como objetivo explicitar de forma organizada, quanto ao conteúdo e a metodologia para garantir o reconhecimento oficial da educação escolar indígena bilíngue, intercultural, comunitária e diferenciada. É um auxílio aos professores indígenas que buscam revitalizar o processo cultural de seu povo. A implantação do currículo nas escolas vem ocorrendo paulatinamente.

Na Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, na aldeia Manga, houve uma tentativa de implantação em 2007, por iniciativa da professora Maria Sonia Aniká, na turma de alfabetização, o qual ela atuava naquele ano, mas fracassou devido a falta de acompanhamento pedagógico e principalmente em relação a documentação que não era aceita na Secretaria de Educação, sendo que dentro das normas do currículo o aluno seria avaliado por conceitos e não por nota como pedia a secretaria.

Vejo que há um aglomerado de questões para que o currículo seja realmente implantado em todas as escolas que estão envolvidas no processo. Em primeiro lugar, muitos professores foram formados há pouco tempo, a grande maioria não acompanhou o processo de elaboração do currículo, e vêm lecionando suas aulas fazendo adaptações dos conteúdos dos livros didáticos a realidade. Alguns professores que acompanharam o processo dizem apresentar dificuldades no processo de avaliação do aluno, como podemos observar na fala do professor Estácio dos Santos (42), índio Karipuna, formado pelo curso de magistério indígena:

“Fiz parte do processo, da discussão com pedagogos, tanto do Amapá, da

Bolívia e do Equador que estiveram aqui neste período. Depois fizeram o processo do CIMI e dentro das comunidades indígenas. O currículo eu trabalhei no período que estava com a 4ª série. A grande dificuldade que encontrei foi com o próprio material, porque cada aluno, ele é composto de dois livros, um livro de relatório e um livro de atividade, de acompanhamento (...) então, isso detém mais atividade do professor tempo e dedicação mesmo”.

A professora Maria Sonia Aniká que também participou do processo de elaboração do Currículo Específico e Diferenciado para escolas indígenas do Oiapoque, conta como foi a sua participação e como ela vê a implementação do mesmo na prática da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá.

“ Participei da elaboração e a minha experiência foi boa, porque com o currículo eu tive mais desenvolvimento pedagógico e mais voltado pra realidade indígena. Eu não tenho dificuldade pra trabalhar com o currículo porque participei na elaboração dele (...) (...) Antes a escola, ela não trabalhava a cultura do povo e hoje ela já trabalha a cultura, a língua que é importante e, muitas línguas indígenas se perderam por causa da escola. E a escola proibia que os indígenas falassem a língua e hoje não. A escola ta trazendo o novo currículo e uma nova grade curricular, onde a língua indígena está sendo trabalhada na escola, e a cultura, a realidade do povo, de cada povo, de cada comunidade, daquele aluno”.

Acredito que é necessário rever ou mesmo fazer uma nova reformulação no currículo escolar em vigência, além de haver cursos de formação sobre a questão curricular, bem como acompanhamento pedagógico para que o tão “sonhado” e almejado currículo seja colocado em prática nas escolas. Além disso, nós professores indígenas devemos nos empenhar, buscar, pesquisar, não nos acomodarmos, porque o resultado do processo de revitalização do qual fazemos parte, não tem data para finalizar, pois é contínuo, e a cada dia que passa novas mudanças, sejam elas positivas ou negativas, no ponto de vista pedagógico.

Na Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, apesar do currículo ainda não ter sido implantado totalmente, muitas mudanças vem acontecendo, onde bons resultados estão sendo alcançados. Os planos de cursos estão sendo construídos por professores indígenas, com estrutura e conteúdos voltados para a realidade local. Com isso os planos de aulas se tornam bem desenvolvidos, pois o professor tem uma base para seguir, onde o ensino se torna dinâmico e de qualidade. Mas apesar disso, o acesso a materiais, como livros didáticos específicos, ainda é muito escasso.

Os professores indígenas vêm promovendo atividades culturais, como oficinas de construção de artesanato, pinturas corporais, dança do turé, além de outras atividades

incluídas dentro das disciplinas de língua materna e cultura indígena. Uma das novidades teve início em 2010, com o dia 07 de setembro, que faz parte das comemorações do calendário escolar, foi repensado pelos professores, pois este dia até então era comemorado apenas de forma patriótica introduzida na nossa cultura, e a partir daí passou a ser uma alternativa de promover a cultura, onde alunos, professores e comunidades se envolvem para realizar um desfile de uma hora aproximadamente, onde mensagens são repassadas para o público, ou seja, é uma forma de manter viva na memória de cada um a riqueza cultural que os antepassados Karipuna deixaram de herança.



Fotos: Professor Leandro Felipe Aniká. 07/09/2011.

A semana do índio também esta sendo repensada, pois as manifestações culturais precisam ser realizadas frequentemente, não somente na data do calendário nacional.

Para isso é preciso que todos se envolvam nessa perspectiva, que não deixem o comodismo ou a impaciência vencerem, pois resultados para serem alcançados devem ser testados, mesmo que sejam frustrantes, senão futuramente restarão somente lembranças e histórias.

A ideia de manter viva a cultura deixada pelos antepassados está presente no pensamento dos jovens, pois percebe-se que como alunos e membros da comunidade eles se envolvem com maior frequência nas atividades, e alguns já estão envolvidos no movimento indígena. Essas mudanças de comportamento são e foram influenciados pelo ensino escolar, onde o jovem passa a querer avançar nos estudos, chegar a cursar o ensino superior para servir a sua comunidade.

Nesta perspectiva de progredir e avançar, a Escola tem o papel fundamental na vida dos índios que vivem na aldeia Manga. E, todas as reivindicações que os povos indígenas Karipuna e demais etnias do Amapá fazem por uma educação específica, diferenciada e de qualidade não será em vão, pois no mundo globalizado o conhecimento escolar é fundamental, desta forma num futuro bem próximo o ensino escolar indígena estará em nossas mãos, onde teremos autonomia em decidir o que realmente queremos para o futuro de nossos filhos.



Bibliografia:

ASSIS, Eneida C. Escola Indígena, Uma “Frente Ideológica”? Dissertação de Mestrado em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

CURRÍCULO DE ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS: Karipuna e Galibi Marworno. Oiapoque, AP, 2006.

Educação Escolar Indígena: Um Desafio e Uma Tarefa. IN:Revista Mensageiro. Edição n. 177, Setembro/Outubro, Belém, PA 2009.

GALLOIS, Dominique & RICARDO, Carlos A.(ORG). Povos Indígenas no Brasil. Volume 3 Amapá/ Norte do Pará. CEDI, São Paulo, 1983.

GALLOIS, Dominique & FAJARDO, Denise G. Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará. 2ª Edição. Museu do Índio, IEPÊ, Rio de Janeiro, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros em Ação – As Leis e a Educação Escolar Indígena. Brasília, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

RESOLUÇÃO 068/2002 DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/AP.

TASSINARI, Antonella M.I. No Bom da Festa: O processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: Edusp, 2003.

TASSINARI, Antonella M.I. Da civilização à tradição: os projetos de escola entre os índios do Uaçá. IN: SILVA, A L & FERREIRA, Mariana K.L. (Orgs). Antropologia, História e Educação. PAPESP/MARI. São Paulo, 2001.

VIDAL, B Lux. A Cobra Grande: Uma Introdução a Cosmologia dos Povos Indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque-Amapá. 2ª edição. Museu do Índio, Rio de Janeiro, 2009.

Fontes Orais:

Constância Monteiro dos Santos - Entrevista realizada em 22 de Janeiro 2011

Estácio dos Santos - Entrevista realizada em 24 de janeiro de 2011.

Francisco Jason Leal de Freitas - Entrevista realizada em 19 de Janeiro de 2011

Manuel Antônio dos Santos - Entrevista realizada em 22 de Janeiro de 2011

Maria Sonia Aniká - Entrevista realizada em 20 de Janeiro de 2011